

DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR: EVIDÊNCIAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Cristina Silva Soares ¹

Luana de Paula Duarte ²

INTRODUÇÃO

Aos pensarmos a educação especial na perspectiva inclusiva ainda encontramos ausência de políticas educacionais, situação que vem comprometendo essa modalidade de ensino desde a educação básica ao ensino superior. Isto é, o processo para um sistema educacional inclusivo ainda perpassa por muitos desafios a serem enfrentados, pois muitos não reconhecem a deficiência como uma condição humana e a pessoa com direito social.

Por isso, este trabalho apresenta reflexões sobre as práticas pedagógicas de acesso, da permanência e da participação dos estudantes às instituições educacionais. A inclusão é um processo. É uma luta constante, de busca, de ultrapassagem de barreiras no sentido do reconhecimento de novas barreiras (SANTOS, 2018). Neste sentido, a Educação Inclusiva oferece um sistema regular de ensino, uma educação de qualidade para todos, em equidade de condições e possibilidades educacionais. inclusão vai além de uma questão de direito, e sim de uma necessidade educacional (SOARES, 2011).

Neste sentido, compreende-se que a educação como um direito de todos é uma questão primordial na perspectiva de garantir a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial no espaço de escola comum e da universidade, participando do Atendimento Educacional Especializado ou de outros serviços de apoio de acessibilidade.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica e superior. Que disponibiliza no AEE recursos de acessibilidade desse atendimento para o seu público que também orienta estudantes e professores quanto à utilização desses recursos nas turmas comuns do ensino regular e na educação superior (BRASIL, 2008).

¹ Professora Dra. no curso de pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, CE, acsilvasoares@gmail.com

² Graduanda no curso de pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, CE, luanapduarte2016@gmail.com



O estudante público-alvo da educação especial, em geral possuem deficiência (surdez, baixa audição; cegueira, baixa visão; surdocegueira; deficiência física; e intelectual); Transtornos Globais do Desenvolvimento” (Transtorno do Espectro Autista – TEA); e Altas Habilidades/ Superdotação. Ambos atendidos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço pedagógico dentro da escola comum e/ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou educação superior.

O acesso de pessoas com deficiência vem aumentando, portanto, verificam-se algumas medidas de inclusão de alunos com deficiência no sistema público de ensino (da educação superior), o qual visa à ampliação de vagas na busca pela crescente democratização das instituições de ensino público brasileiras.

Considera-se relevante durante o processo, acreditar que esses alunos também possuem capacidade em aprender e se desenvolver, quando lhes são dadas as oportunidades e estímulos necessários. Para isso, as práticas pedagógicas contribuem no favorecimento da melhor aprendizagem de todos, tendo em vista que são utilizadas novas estratégias a fim de promover o desenvolvimento dos alunos, as quais buscam considerar as particularidades de cada um.

O trabalho no atendimento educacional especializado é fundamental para favorecer a participação ativa do aluno na sala regular, pois realiza atividades que ajudam no desenvolvimento das capacidades, trabalhando as suas dificuldades e estimulando a aprendizagem com metodologias que despertam o interesse.

No que concerne à inclusão de crianças, adolescentes e adultos com deficiências como uma questão filosófica, política e cultural, segundo Booth e Ainscow (2002) destacam três dimensões inter-relacionadas entre si. Dimensão cultural, política e prática. A dimensão cultural refere-se ao estabelecimento de uma cultura baseada em princípios e valores inclusivos, ou seja, uma cultura inclusiva. O estabelecimento de uma cultura inclusiva, no ambiente escolar, propõe o desenvolvimento de valores em que mobilize as pessoas a pensar, a compartilhar e a se respeitar. Propõe o estímulo à criação de uma comunidade escolar acolhedora, receptiva, colaborativa e que incentive o êxito dos alunos.

A dimensão política trata da escola para todos, organizando o apoio à diversidade; isso quer dizer que a inclusão precisa ser considerada em todos os planos da escola, bem como nas atividades, estratégias e outras formas de apoio com os princípios inclusivos. A dimensão política favorece ao poder público vigente criar uma legislação própria, fortalecendo os sistemas de ensino para atender as demandas sociais existentes. Finalmente, a dimensão



prática procura organizar a aprendizagem, através da mobilização de recursos pedagógicos e didáticos. Esta dimensão efetiva a inclusão, propondo que as atividades de sala de aula e extrassala envolvam todos os alunos, considerando suas condições de aprendizagem, necessidades e experiências. Em síntese, para que a inclusão aconteça é necessário: criar uma cultura inclusiva; implementar uma política inclusiva; e desenvolver uma prática inclusiva. Assim, de acordo com os autores, a mudança necessária para tornar a escola inclusiva passa pelas três dimensões: cultural, política e prática (BOOTH; AINSCOW, 2002; BONETI, 2003).

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, o professor exerce um papel importante como mediador das trocas sociais. Em sua perspectiva, os processos humanos têm gênese nas relações sociais devem ser compreendidas em seu caráter histórico-cultural. O homem significa o mundo e si próprio não de forma direta, mas por meio da experiência social (GOES, 2002; VYGOTSKY, 1997). Neste sentido, percebemos que o aluno aprende através do outro, além disso, ela é considerada um sujeito social e ativo. Priorizando o fato de o aluno ser um sujeito autônomo, a escola defende o fato do aluno juntamente com seus conhecimentos prévios ser o centro do processo educativo. Entende-se que a mediação requer do professor atitudes de análise, de interpretação, de questionamentos, identificação de avanços e dificuldades. Além disso, o professor atua como mediador entre as habilidades determinadas do aluno e a sua realidade prática. Por isso, as aquisições sofrem um processo de internalização que ocorre em conformidade as nossas características individuais.

A organização e planejamento das ações do AEE pressupõem um processo de avaliação e da tomada de decisão no qual é muito importante conhecer o contexto familiar, social e educacional dos alunos; identificar as potencialidades, dificuldades e necessidades em diferentes situações de aprendizagem e circunstâncias que permeiam o cotidiano dos educandos dentro e fora da escola, incluindo as aspectos de acessibilidade.

Este trabalho propõe analisar ações das práticas pedagógicas da educação básica à educação superior que favoreçam a educação inclusiva para estudantes público-alvo da educação especial.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi organizado na metodologia da pesquisa-ação (Gil, 2008), o qual sinaliza como um dos tipos de investigação-ação que visa uma intervenção educacional para compreensão acerca de espaços de apoio para estudantes público-alvo da educação especial



no âmbito da escola comum nos anos iniciais, atendidos pelo atendimento educacional especializado, através de um plano de desenvolvimento individual pedagógico, por exemplo.

Este trabalho é uma parte do projeto de pesquisa intitulado por “Práticas pedagógicas para desenvolver funções mentais em estudantes público-alvo da educação especial”, do âmbito do grupo de estudos e pesquisas sobre acessibilidade, diferença, práticas pedagógicas e educação inclusiva – GEPADep, localizado município de Sobral – CE.

No entanto, em decorrência da pandemia da Covid-19, o projeto teve que ser alterado para dar prosseguimento de forma remota, por isso algumas atividades não puderam ser realizadas. Sendo assim, o desenvolvimento da pesquisa e os encontros do grupo de pesquisa ocorreram através de reuniões no *Google Meet*; troca de informações em grupo de *WhatsApp* e envios de documentos por *E-mail*.

Durante o processo seguiu-se os procedimentos metodológicos, pelo qual eram definidas cada etapa a ser realizada. Nos primeiros meses, ocorreram a pesquisa bibliográfica, com busca na construção do referencial teórico, em que se realizou o levantamento bibliográfico na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

A coleta de dados foi realizada de setembro a outubro de 2020, por meio da base já citada. Foram levantados inicialmente, a partir do descritor PDI, 49 artigos, porém não adequados à temática. Posteriormente, utilizou-se o descritor Plano de Desenvolvimento Individual, coletou-se 145 artigos, destes filtrou-se país e idioma, resultando 37 artigos não aptos à análise da pesquisa. Em nova busca, com descritor Plano Educacional Individualizado, identificou-se dois artigos, com temáticas pertinentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o propósito de analisar ações das práticas pedagógicas da educação básica à educação superior que favoreçam a educação inclusiva para estudantes público-alvo da educação especial.

Assim, pensar estratégias complementares para o AEE, é essencial, pois esta é uma das maneiras de atender toda a diversidade do público-alvo da educação especial. A partir do estudo “Plano Educacional Individualizado: uma estratégia de inclusão e aprendizagem nas aulas de Educação Física”, (FONTANA, Evelline Cristhine; CRUZ, Gilmar de Carvalho e PAULA, Luana Aparecida de) 2019. Identificou-se o seguinte: **Qual o assunto pesquisado?** As práticas pedagógicas direcionadas para alunos que apresentem Necessidades Educacionais Especiais (NEE). **Objetivo** - Apresentar estratégias pedagógicas para uma aluna com deficiência física e intelectual, por meio de um Plano Educacional Individualizado (PEI).



Questão a ser “testada”? - Adequar o planejamento de ensino e aprendizagem dos sujeitos com deficiência no contexto da Educação Física, considerando as singularidades e possibilidades do aluno, sem perder de vista

Diante dos resultados deste trabalho, percebe-se que as práticas pedagógicas, desenvolvidas no espaço do atendimento educacional especializado, devem atender as necessidades educacionais de todos os indivíduos tanto na educação básica quanto na educação superior. O planejamento das atividades é uma etapa essencial para obter resultados satisfatórios, fazem-se necessário, que as práticas do AEE estejam vinculadas ao conteúdo da sala.

Segundo Mantoan (2003) educação inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas estudantes com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que possam obter sucesso durante a formação acadêmica, de forma geral.

Portanto, as condições de acesso, de acessibilidade e de permanência de estudantes público-alvo da educação especial são fatores essenciais para que haja inclusão no Ensino Superior. Reconhecer as necessidades e as habilidades dos distintos alunos com deficiência, criando mecanismos pedagógicos efetivos para serem aplicados em sala de aula, garantindo, também, o acesso aos recursos didáticos e pedagógicos adequados são requisitos fundamentais para que ocorra inclusão na perspectiva de todos os alunos (RODRIGUES, 2004), bem como a questão de acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando ao objetivo principal da pesquisa, que analisar ações das práticas pedagógicas da educação básica à educação superior que favoreçam a educação inclusiva para estudantes público-alvo da educação especial, tendo como base os apontamentos dos estudos analisados, foi perceptível que os professores especialistas têm buscado elaborar práticas que estejam de acordo com os conteúdos da sala comum e da educação superior.

AGRADECIMENTOS: PROGRAMA DE INICIAÇÃO VOLUNTÁRIA – PROVIC, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ

REFERÊNCIAS

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index on inclusive:** developing learning and participation in schools. Bristol: Center For Studies on Inclusive (CSIE), 2002.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

BONETI, R.V.F. **O ato pedagógico como possibilidade de prazer, engajamento e significado:** possibilidades de inclusão no contexto da exclusão social. *Revista Diálogo Educacional*. Vol. 6. Núm. 17, janeiro-abril, p. 11-20, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 948/2007.** Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GÓES, M. C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In M. K. Oliveira, M. K. T. C. Rego, & D. R. R. Souza (Eds.), *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea* (pp. 95-114). São Paulo, SP: Moderna, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer?. São. Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOARES, A.C.S. A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará: ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores. 2011. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

RODRIGUES, D. A inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. **Revista de Educação Especial UFSM**, Santa Maria, n. 23, 2004. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp>. Acesso em: 5 set. 2010.

VYGOTSKY, L.S. **Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **Fundamentos de defectologia.** Madri:Espanha: Visor, 1997.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia pedagógica.** São Paulo: Martins Fontes, 2010